

## QUEBRA DE DECORO

Pivô das acusações de que Renan Calheiros recebe dinheiro desviado de ministérios do PMDB, Flávia Garcia diz que ex-marido está interessado só em prejudicá-la no processo de separação

# Servidora nega denúncias

GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

Brasília – Pivô das novas denúncias contra Renan Calheiros (PMDB-AL), a servidora do Senado Flávia Garcia apresentou ontem sua versão sobre o suposto envolvimento do senador em um esquema de desvio de dinheiro público em ministérios comandados pelo PMDB. As denúncias foram feitas pelo advogado Bruno de Miranda Lins, ex-marido de Flávia, que acusa o pai da funcionária de operar o esquema para políticos do PMDB, entre eles o presidente do Senado.

Flávia, que trabalha com Renan, disse que seu ex-marido decidiu tornar públicas as denúncias contra Renan apenas para prejudicá-la no processo de separação litigiosa. A servidora nega que Lins tenha amplo contato com sua família, a ponto de ter conhecimento do suposto esquema operado por seu pai, o empresário Luiz Garcia Coelho.

“Ele não tinha relacionamento nenhum com a minha família. Nós nos separamos pela primeira vez em 2003, mas decidimos voltar contra a vontade de minha família. Desde então, ele freqüentou muito pouco a casa dos meus pais. O meu pai, que é tachado como lobista, não tinha mais nenhuma empresa para operar um esquema desses naquela época”, afirmou.

Em depoimento à Polícia Civil do Distrito Federal no ano passado, prestado em meio ao processo de separação litigiosa, o advogado acusou o ex-sogro de operar o esquema para diversos políticos do PMDB, entre os quais Renan, com recursos desviados de ministérios. Lins disse que, como freqüentava as reuniões promovidas por Coelho, teve acesso às informações sobre as irregularidades que teria a participação de Renan.

Segundo o advogado, Coelho teria montado um esquema de ar-

recadação de dinheiro para Renan, em ministérios controlados pelo PMDB, como a Previdência e a Saúde. Não especificou, porém, desde quando o esquema estaria em funcionamento. Afirmou que ele próprio foi buscar em pelo menos seis ocasiões o dinheiro da suposta propina em sacolas.

A servidora negou o envolvimento de seu pai no suposto esquema revelado por Lins. Segundo a servidora, Coelho não era mais proprietário de empresas, como alega seu ex-marido, no período das denúncias. “O presidente Renan é amigo da minha família há mais de 30 anos. O senador foi meu padrinho de casamento, não dele. O Bruno não é nem advogado como afirma ser, não tem nem registro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Ele tenta me atingir no processo de separação às custas de meu chefe. Eu fico pasma que meu pai, que trabalhou a vida inteira, seja chamado de lobista, enquanto ele é tachado de advogado, mesmo sem ser.”

**DIVÓRCIO** Flávia se separou em definitivo de Lins em março do ano passado. Em agosto de 2006, quando teve início o processo de separação litigiosa na Justiça, a servidora disse que Lins passou a tentar tirar vantagens do divórcio. Afirmou que o ex-marido pediu à Justiça para receber 20% do salário dela como pensão alimentícia, metade da casa de seu pai, onde ela mora com as filhas, e parte do dinheiro arrecadado com o leilão dos móveis da casa.

“Ele tenta me atingir com oportunismo, aproveitou-se do momento que passa o meu chefe (Renan) para me atingir”, disse. Flávia acrescentou que a Justiça determinou desde fevereiro que seu ex-marido pague pensão alimentícia às duas filhas do casal. Mas afirma que Lins nunca pagou, motivo que fez com que a Justiça emitisse mandado de prisão contra o advogado, que está desaparecido.

“Se é tão verdade tudo isso que ele diz, por que está fugido?”, questionou. Segundo a servidora, Lins nunca trabalhou e pretende apenas prejudicá-la, depois que decidiu reconstruir a vida, com o fim de seu casamento. Ela também acusa o ex-marido de ter prestado depoimento à Polícia Civil a um delegado que tem relações de amizade com a mãe dele. “A mãe dele tem relações íntimas com o delegado João Cleyber. Ele está fazendo isso tudo apenas para desmoralizar pessoas que trabalham”, encerrou.



Renato Casagrande, Arthur Virgílio e Romeu Tuma concordam em dar rapidez ao processo contra presidente do Senado

## Líderes querem agilização

Brasília – Os líderes do PSDB, do DEM e do PT concordaram, em debate no plenário do Senado ontem, com a aceleração da votação do processo a que responde o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) no Conselho de Ética. A manifestação foi apresentada depois que o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), propôs que o Senado decida o rito a ser seguido nos próximos dias.

Ficou acertado que o colegiado votará hoje o relatório dos senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e Marisa Serrano (PSDB-MS). O relatório pede cassação do mandato de Renan Calheiros. Se o relatório for recusado, será apreciado voto em separado do senador Almeida Lima (PMDB-SE), que recomenda a absolvição.

Pela decisão, se o conselho aprovar o relatório pela cassação de Renan, o processo seguirá imediatamente para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para examinar se o processo está seguindo de forma regimental e constitucional. Caberá ao presidente da CCJ, senador

Marco Maciel (DEM-PE), convocar a reunião para tratar do assunto. Com isso, o processo poderá ir a voto, de forma secreta, no plenário do Senado, quarta-feira da semana que vem.

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) sugeriu, em entrevista à imprensa, que depois da votação no conselho, seja convocada a reunião da CCJ para a tarde. “Não é bom julgar tudo no mesmo dia? Se pode, por que não

julgar?”, indagou o senador, que é um dos relatores do processo contra Renan no colegiado.

O parlamentar reclamou uma vez mais do que chamou de critério político-partidário-ideológico utilizado pelos parlamentares para julgar Renan. Segundo Almeida Lima, o julgamento ético-moral deveria basear-se em provas, mas isso, segundo ele, é difícil no Senado onde predominam as avaliações de caráter político.

**REPRESENTAÇÃO** A bancada do PSOL decidiu em reunião ontem que pedirá ao Conselho de Ética do Senado a inclusão das novas denúncias contra o presidente da Casa, no processo por quebra de decoro parlamentar que trata de suposto favorecimento do senador à cervejaria Schincariol.

Os parlamentares do partido devem pedir informações à Polícia Federal sobre as denúncias amanhã de manhã e, à tarde, pretendem formalizar o pedido de aditamento ao colegiado. A novas acusações partiram do advogado Bruno de Miranda

Lins, ex-marido de uma assessora parlamentar do senador. Ele falou sobre um suposto esquema de arrecadação de dinheiro em ministérios controlados pelo PMDB para Calheiros.

“Se por acaso o pedido de aditamento ao conselho não encontrar acolhimento, seremos obrigados a fazer uma quarta representação para que essas novas denúncias sejam apuradas”, disse o senador José Nery (PA). Ele explicou que, para o partido, os fatos levam a crer em quebra de decoro, apesar das representações e das novas denúncias se referirem a diferentes episódios.

Havia a possibilidade de que o PSOL pedisse a abertura de um novo processo contra Renan, mas a bancada também levou em conta que será votado o parecer do conselho sobre o primeiro processo contra o senador. Segundo José Nery, a bancada não quis “criar nenhum fato que pudesse de alguma forma atrapalhar o andamento do processo da representação número um que está em via de conclusão”.

“

Se aproveitou do momento que passa o meu chefe (Renan) para me atingir

”

■ Flávia Garcia, servidora do Senado

“

Não é bom julgar tudo no mesmo dia? Se pode, por que não julgar?

”

■ Almeida Lima (PMDB-SE), Relator do caso Renan

## MARCOS COIMBRA

SOCIÓLOGO E CIENTISTA POLÍTICO  
MARCOS.COIMBRA@UAI.COM.BR



MARCOS MICHELINI/EM

## 2010 já chegou para o PT

No Congresso Nacional que terminou no fim de semana, o PT fez uma coisa natural e outra que apenas confirma as dificuldades que vai enfrentar nos próximos anos. Ambas dizem respeito à eleição presidencial de 2010, que está mais em pauta do que nunca.

Antes de discutí-las, vale o registro de uma semelhança, nesse particular, com o governo anterior. Também Fernando Henrique viu, logo no começo de seu segundo mandato, uma precipitação do debate sucessório, que perdurou ao longo de todo seu transcurso. Como está ocorrendo agora, nem bem iniciado, aquele governo teve que discutir sua sucessão.

Na época, pensava-se que isso era fruto da crise de popularidade que FHC enfrentava, provocada pelo

descontrole cambial de janeiro de 99. Era porque o governo estava mal que todos – imprensa, formadores de opinião, lideranças de diversos tipos – olhavam para o futuro, imaginando quais seus cenários mais prováveis. Hoje, vemos que isso talvez não seja verdade, pois temos um governo que vai muito bem nas pesquisas e que, no entanto, está em situação semelhante.

Como isso raramente acontece com os governos estaduais e com as prefeituras, temos que admitir que isso talvez seja característico apenas do governo federal. Já tivemos dezenas de governadores e prefeitos que atravessaram com tranquilidade o recomeço de seus governos, sem que tivessem que lidar, desde a

primeira hora, com a curiosidade sobre quem os iria suceder.

Na Presidência da República, essa, até agora, não foi a regra. Na raiz do problema, quem sabe exista um descompasso entre o que pensam as elites políticas e o eleitor médio. Para as primeiras, no plano federal, oito anos talvez seja demais para esperar com paciência, esteja o governo bem ou mal, o que pode ser possível para a maioria da opinião pública. Se perguntadas, as pessoas responderiam a pesquisas sobre a sucessão nos estados e cidades, mesmo que imediatamente após a posse de seus governantes. O fato, no entanto, é que ninguém contrata os institutos de pesquisa para esse trabalho, salvo se for para o cargo de

presidente. É quem manda fazer as pesquisas que define seu timing e não quem apenas toma conhecimento delas.

Voltando ao Congresso do PT, foi natural que nele se discutisse o debate sobre 2010. Afinal, depois da decisão do Supremo sobre o mensalão, nada mais compreensível que o partido preferisse discutir os próximos anos, em vez dos últimos três. Fixar o olhar no futuro pode ser um alívio para quem tem um trauma do passado a superar.

Quando se propôs à discussão sobre a sucessão de Lula, o PT apenas confirmou o que já sabíamos, que ela vai ser muito complicada para ele. A partir de tudo que foi dito durante o congresso, uma conclusão principal se impõe: o PT não tem um nome capaz de, minimamente, se apresentar com seu candidato natural à sucessão de Lula em 2010. Pior, não tem ninguém de fora dele, vindo do atual bloco

aliado, com essa perspectiva.

Internamente, o PT tem candidatos demais para um partido que alcançou o sucesso tendo apenas um. Foi de tanto ter um único candidato, que o partido chegou ao poder.

Hoje, são tantos, que não há ninguém. Haver cinco, seis, talvez mais, apenas sublinha que não há nenhum, para valer.

Fora do partido, mas perto dele, existem possibilidades de candidaturas, algumas com melhores condições de largada (Ciro Gomes), outras com piores (qualquer uma do atual PMDB), mas nenhuma reúne condições ideais. Só os próximos anos mostrarão quais são, de fato, viáveis, sequer para manter unida a atual base de sustentação do governo Lula.

Assim, acelerar tão cedo o debate sucessório talvez seja bom para quem é alternativo a Lula. Quem saiu ganhando do Congresso do PT, nesse sentido, pode ter sido o PSDB.

“

Se perguntadas, as pessoas responderiam a pesquisas sobre a sucessão nos estados e cidades, mesmo após a posse de seus governantes